Aula

2

PROCEDIMENTOS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA

OBJETIVOS GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

- Proporcionar ao aluno de Licenciatura em História a oportunidade de desenvolver atividades relativas à docência na realidade social do campo de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

- Contribuir para a formação de uma consciência crítica no aluno em relação à sua aprendizagem nos aspectos profissional, social e cultural;
- Propiciar oportunidade de integração de conhecimentos, visando à aquisição de competência técnico-científica comprometida com a realidade social;
- Participar, quando possível ou pertinente, da execução de projetos, estudos ou pesquisas;
- Permitir a retroalimentação das disciplinas e dos cursos, ensejando as mudanças que se fizerem necessárias na formação dos profissionais, em consonância com a realidade encontrada nos campos de estágio.

DEFINIÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO PARA A ÁREA DE ATUAÇÃO

No âmbito da Universidade Federal de Sergipe, entende-se como estágio curricular o conjunto de horas nas quais o estudante executa atividades de aprendizagem profissional e sociocultural, em situações reais de vida e de trabalho, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação desta instituição.

O Estágio Curricular Obrigatório no Curso de História é uma atividade acadêmica complementar e supervisionada, que ocorre fora do ambiente da Universidade, que visa preparar o formando para atuar no ensino fundamental de tal forma que promova a educação histórica dos alunos. Esta educação histórica significa desenvolver nos estudantes, através de estratégias adequadas, as competências necessárias para compreender e interpretar o passado, de tal forma que a história exerça uma função prática na vida dos indivíduos, conscientizando-os de sua identidade e fornecendo à realidade em que vivem uma dimensão temporal.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA LEGISLAÇÃO SOBRE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A Legislação que regulamenta o Estágio Curricular é a seguinte:
1. No plano federal:
A – A Lei 9.394/96, que dispõe:

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.
B - Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008, que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
C – Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. A Lei do Estágio, que dispõe sobre o Estágio de Estudantes.
D – Resolução CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
E - A Resolução 2 do CNE/CP (Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação), de 19 de Fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior que determina "400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso.
F – As Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, estabelecidas pelo Parecer CNE/CES 492/2001.
2. No Departamento de História da UFS:
A – A Resolução N° Ol/2008/CCH (Colegiado do Curso de História da UFS) que aprova normas para redução da carga horária do Estágio Supervisionado para os alunos que exercem ou exerceram atividade docente regular na Educação Básica.
B – NORMAS DO ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA LICENCIATURA DA UFS (Universidade Federal de Sergipe)

SEÇÃO I
DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 1º - No âmbito da Universidade Federal de Sergipe, entende-se como estágio curricular o conjunto de horas nas quais o estudante executa atividades de aprendizagem profissional e sociocultural, em situações reais de vida e de trabalho, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação desta instituição. O estágio curricular tem caráter eminentemente pedagógico e deve atender aos seguintes objetivos:
a) proporcionar ao aluno de Licenciatura em História a oportunidade de desenvolver atividades relativas à docência na realidade social do campo de trabalho;
b) contribuir para a formação de uma consciência crítica no aluno em relação à sua aprendizagem nos aspectos profissional, social e cultural;
c) propiciar oportunidade de integração de conhecimentos, visando à aquisição de competência técnico-científica comprometida com a realidade social;
d) participar, quando possível ou pertinente, da execução de projetos, estudos ou pesquisas;
e) permitir a retroalimentação das disciplinas e dos cursos, ensejando as mudanças que se fizerem necessárias na formação dos profissionais, em consonância com a realidade encontrada nos campos de estágio.
Art. 2º - O estágio pode ser caracterizado como:
a) Estágio curricular obrigatório – será previsto no currículo padrão do Curso de História Licenciatura.
b) Estágio curricular não-obrigatório – é aquele realizado, voluntariamente, pelo estudante para complementar sua formação acadêmica profissional;
§1º - O aluno poderá realizar estágio curricular não-obrigatório após cursar a disciplina Introdução aos Estudos Históricos.
§2º - O estágio curricular não-obrigatório será aceito para aproveitamento de créditos optativos ou eletivos desde que o aluno apresente projeto e relatório para aprovação pelo Colegiado.

SEÇÃO II
DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 3º - Campo de estágio é aqui definido como a unidade ou contexto espacial que tenha condições de proporcionar experiências práticas na área de ensino/educação de História.

§ 1º - Constituem campos de estágio, desde que atendam aos objetivos listados no artigo 1º desta Resolução, as atividades listadas, que poderão ser desenvolvidas em escolas da rede pública de ensino, escolas da rede privada de ensino, eventos, grupos de estudo (formação continuada de professores):
a) observação do campo de estágio visando identificar e discutir os segmentos da comunidade escolar, sobre a escola que se tem e a escola que se quer;
b) desenvolver projetos de ensino-aprendizagem em nível fundamental;
c) desenvolver projetos de ensino-aprendizagem em nível médio;
d) seminário como instrumento para o diálogo crítico;
e) ministrar cursos em eventos e grupos de estudo (formação continuada de professores);
f) e outras atividades a serem apreciadas pelo Colegiado de Curso.
§ 2º - São condições mínimas para a categorização de um campo de estágio definido no parágrafo anterior:
a) a existência de infra-estrutura em termos de recursos humanos e materiais, definidas e avaliadas pelo Colegiado do Curso de História;
b) a possibilidade de supervisão e avaliação dos estágios pela Universidade Federal de Sergipe;
c) onde couber, celebração de convênio entre a Universidade Federal de Sergipe e a unidade concedente do estágio, no qual serão acordadas todas as condições para sua realização, inclusive lavratura do Termo de Compromisso do Estágio, com a interveniência da UFS e definindo a relação entre a unidade concedente e o estagiário.
Art. 4º - A Comissão de estágio divulgará os campos para a realização do estágio supervisionado antes do período de matrícula.
Art. 5º - O aluno poderá escolher campo de estágio não divulgado pela Comissão de Estágio, desde que seja aprovado pela Comissão de Estágio.

SEÇÃO III
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 6º - São considerados elementos fundamentais da dinâmica do Estágio Curricular obrigatório:
a) o Colegiado de Curso;
b) a Comissão de Estágio;
c) Estagiário;
d) o Supervisor Técnico (Professor Colaborador);
e) o Supervisor Pedagógico.

Parágrafo Único - Todo aluno cursando estágio curricular obrigatório terá necessariamente um Supervisor Pedagógico e um Supervisor Técnico.
Art. 7º - A comissão de estágio é responsável pela execução da política de estágio, definida pelo Colegiado de Curso, por meio do desenvolvimento dos programas dos projetos e acompanhamento dos planos de estágios, cabendo-lhe a tarefa de propor mudanças em função dos resultados obtidos.
Art. 8º - A Comissão de Estágio é composta pelos seguintes membros:
a) Quatro supervisores pedagógicos do curso, eleitos pelo Conselho Departamental;
b) Um representante discente, indicado pelo Centro Acadêmico.
Parágrafo Único – A comissão de estágio elegerá um coordenador entre seus membros docentes.
Art. 9° - Os membros da Comissão de Estágio terão mandatos fixos de dois anos, podendo ser reconduzidos mais uma vez.
Art. 10 - Compete à Comissão:
a) zelar pelo cumprimento da legislação que regulamenta o estágio curricular;
b) propor modificações dessas normas ao Colegiado e decidir sobre casos omissos;
c) participar do planejamento e avaliação das ações voltadas para o aperfeiçoamento do estágio;
d) participar no credenciamento dos campos de estágios;
e) fazer o planejamento semestral (ou anual), da disponibilidade dos campos de estágio e respectivos supervisores pedagógicos, e encaminhá-los à COGEC;
f) informar à COGEC a relação de supervisores pedagógicos e dos seus respectivos estagiários;
g) encaminhar à COGEC o Termo de Compromisso de Estágio Curricular Obrigatório devidamente preenchido e assinado pela unidade concedente, seja UFS ou outra entidade pública ou privada, pelo supervisor pedagógico e pelo estagiário;
h) analisar as propostas de programas de estágio;
i) estabelecer cronograma para a realização de seminários sobre os estágios, como reuniões com os estagiários, dentre outras julgadas necessárias;
j) avaliar, em conjunto com o Colegiado de Curso, os resultados dos programas de Estágio Curricular Obrigatório em andamento e propor alterações, quando for o caso;
k) promover, com o Colegiado de Curso, ações que visem à realimentação dos currículos, a partir das experiências, nos campos de estágio;

l) encaminhar ao Colegiado de Curso os relatórios finais de Estágio Curricular Obrigatório;
m) analisar os planos de Estágio Curricular não-obrigatório, emitindo parecer no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a partir da data de seu recebimento, encaminhado-o ao Colegiado de Curso e a CODEX.
Art.11 - Em se tratando de estágio curricular obrigatório, é da competência do colegiado do curso:
a) divulgar a relação dos supervisores pedagógicos com as respectivas áreas de atuação e opções de campo de estágio, antes do período da pré-matrícula;

b) efetuar a pré-matrícula dos estagiários, encaminhando-a, posteriormente, à comissão de estágio do curso;
c) encaminhar o resultado da pré-matrícula ao departamento, para a definição da oferta de estágio;
d) receber as solicitações de matrícula dos alunos de Estágio Curricular obrigatório;
e) encaminhar ao DAA a relação de alunos inscritos no estágio para efetivação da matrícula;
f) encaminhar à comissão de estágio do curso a relação dos alunos que solicitaram matrícula no estágio;
g) encaminhar, simultaneamente, ao DAA e a COGEC, o resultado da avaliação final do aluno;
h) manter um cadastro atualizado nas vagas de estágio;
i) emitir certificado de supervisão do Estágio Curricular Obrigatório;
j) homologar os programas de atividades profissionais, preparados pela comissão de estágio, a serem desenvolvidos durante o estágio.
k) apreciar os modelos de planos e de relatório final de estágio curricular obrigatório, e,
l) apreciar o modelo de relatório bimensal do estágio curricular não-obrigatório.

SEÇÃO IV
DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 12º - A supervisão do estágio corresponde ao acompanhamento e a avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo de estágio e será realizada pelo Supervisor Pedagógico e/ou pelo Supervisor Técnico.
§1° - Supervisor Pedagógico é um docente, do Departamento de História, vinculado à Universidade Federal de Sergipe, que supervisiona o estágio.

§2° - Supervisor Técnico (Professor Colaborador) é um profissional de ensino fundamental e/ou médio vinculado ao campo de estágio e que supervisiona e orienta no local as atividades do estagiário.
Art.13 - São atribuições do Supervisor Pedagógico:
a) orientar o estagiário em relação às atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio, utilizando para isto, além dos encontros presenciais, mecanismos de comunicação interativa, tais como sites, blogs e e-mails;
b) contribuir para o desenvolvimento, no estagiário, de uma postura ética em relação à prática profissional;
c) discutir as diretrizes do plano de estágio com o supervisor técnico utilizando-se dos instrumentos e recursos fornecidos pela IES;
d) apreciar o plano de estágio curricular obrigatório dos estágios sob sua responsabilidade;
e) assessorar o estagiário no desempenho de suas atividades;
f) orientar o estagiário na utilização dos instrumentos técnicos necessários ao desenvolvimento de suas funções;
g) acompanhar o cumprimento do plano de estágio através das fichas de avaliação, pré-relatórios, entrevistas com o estagiário e meio de comunicação disponibilizados pela IES;
h) manter contato com o Colégio de Aplicação da UFS, com vistas ao acompanhamento dos estágios nele desenvolvidos e ao planejamento de ações de pesquisa e extensão no campo da formação docente.
i) comparecer às reuniões e demais promoções relacionadas ao estágio, sempre que convocado por qualquer das partes envolvidas com o estágio;
j) orientar o aluno na elaboração do relatório final e/ou monografia de estágio;
k) responsabilizar-se pela avaliação final do estagiário, encaminhando os resultados ao colegiado;
l) encaminhar os relatórios finais e/ou monografias elaborados pelos estagiários para arquivamento pela comissão de estágio do curso.
Art. 14 - São atribuições do Supervisor Técnico (Professor Colaborador):
a) orientar o estagiário na elaboração do plano de estágio;
b) discutir o plano de estágio com o supervisor pedagógico;
c) orientar o estagiário em relação às atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio;
d) avaliar juntamente com o supervisor pedagógico a aprendizagem do estagiário tomando como base os indicadores estabelecidos nestas normas e outros definidos coletivamente.

Art. 15 – A supervisão do estágio é considerada atividade de ensino, devendo constar dos planos do departamento, e compor a carga horária dos professores, de acordo com os critérios definidos pelo Conselho Departamental.
§1° - O número de estagiário por supervisor pedagógico, bem como o número de horas destinadas à supervisão, será definido pelo Colegiado do curso.

SEÇÃO V
DO ESTAGIÁRIO

Art. 16 - Estagiário é o aluno de graduação da Universidade Federal de Sergipe que esteja matriculado em Estágio Curricular obrigatório ou freqüentando Estágio Curricular não obrigatório.
Art. 17 - Compete ao estagiário:
a) assinar Termo de Compromisso com a Universidade Federal de Sergipe e com a unidade concedente do estágio quando for o caso;
b) elaborar, sob a orientação do Supervisor Pedagógico e/ou do Supervisor Técnico (Professor Colaborador) o plano de estágio curricular obrigatório;
d) desenvolver as atividades previstas no plano de estágio curricular sob a orientação do Supervisor Técnico (Professor Colaborador) e/ou do Supervisor Pedagógico;
e) cumprir as normas disciplinares do campo de estágio e manter sigilo com relação às informações às quais tiver acesso;
f) participar, quando solicitado, das reuniões promovidas pelo supervisor pedagógico, pelo supervisor técnico e/ou pela comissão de estágio;
g) apresentar relatório final/monografia do estágio curricular, seguindo o modelo definido pelo Colegiado de Curso;
h) submeter-se aos processos de avaliação.

SEÇÃO VI
DA SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 18 - O estágio curricular obrigatório, apesar de não ser considerado disciplina, é atividade essencialmente acadêmica, com objetivos próprios, que têm funcionamento diferenciado em relação às demais atividades de ensino, no que se refere à matrícula, início, controle de assiduidade e eficiência, término e conseqüentemente registro das avaliações e desempenho.

Art. 19 - A pré-matrícula no estágio é o momento em que os alunos manifestam as suas intenções de matrícula, a partir das informações sobre os campos de estágio disponíveis e sobre os supervisores pedagógicos, programas e projetos, carga horária, horário e outras informações próprias do curso.
§1° – A pré-matrícula é condição indispensável para a efetivação da matrícula no estágio curricular obrigatório;
§2° – O aluno poderá optar, na pré-matrícula, por realizar estágio em um campo diferente daqueles oferecidos, desde que este atenda aos requisitos desta Resolução e seja aprovado pelo colegiado de curso.
Art. 20 - A matrícula na disciplina Supervisão de Estágio Curricular Obrigatório é o procedimento através do qual o aluno se vincula ao estágio curricular obrigatório.
§1º - A matrícula será de responsabilidade do Colegiado de curso, cabendo a este definir o seu período de realização, de acordo com as normas de estágio específicas do curso.
§2º - O Colegiado de curso deverá ofertar vagas suficientes para atender a todos os alunos, dentro das condições disponíveis previamente.

SEÇÃO VII
DA AVALIAÇÃO

Art. 21 - A avaliação do estagiário deverá ser feita de forma sistemática e contínua, contando com a participação do Supervisor Pedagógico e Técnico.
Parágrafo Único – A avaliação final do estagiário será realizada pelo Supervisor Pedagógico.
Art. 22 – Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação, de acordo com as normas específicas determinadas pela comissão de estágio:
I. Plano de estágio;
II. Ficha de avaliação do Supervisor Técnico;
III. Relatório final do estágio curricular obrigatório;
IV. Apresentação oral do relatório final do estágio curricular obrigatório
V. Ficha de auto-avaliação do estagiário, ou,
VI. Atividades propostas pelo supervisor pedagógico ao estagiário
§ 1º - As normas do estágio curricular, definidas pela comissão de estágio, estabelecerão os pesos dos diversos instrumentos utilizados na avaliação do estagiário.

SEÇÃO VIII
DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 23 - O estágio curricular não-obrigatório visa ampliar a experiência acadêmico- profissional do estudante, por meio do desenvolvimento de atividades compatíveis com a profissão na qual está sendo formado.
§1º - O estágio curricular não-obrigatório poderá ser realizado por alunos dos cursos de graduação da UFS, desde que não prejudique a integralização de seus currículos plenos dentro dos prazos legais.
§2º - O estágio curricular não-obrigatório não substitui estágio curricular obrigatório.
§3º - O estágio curricular não-obrigatório poderá ser transformado em créditos e aproveitado como disciplina eletiva, a critério do Colegiado do curso.
Art. 24 - São condições para a realização do estágio curricular não-obrigatório:
a) existência de um instrumento jurídico, de direito público ou privado, entre a unidade concedente e a UFS, no qual estarão acordadas as condições para a realização do estágio;
c) entrega, pelo estagiário, a CODEX, de um plano de estágio aprovado pela comissão de estágio do curso no qual está matriculado, assim como pela unidade concedente;
d) Termo de Compromisso, do qual devem constar as condições do estágio, assinado pelo aluno, pela unidade concedente e pela PROEX;
e) garantia de seguro contra acidentes pessoais, a favor do estagiário, pela unidade concedente do estágio;
f) orientação do estagiário por um supervisor técnico da comunidade concedente, e,
g) entrega ao Colegiado de Curso e à CODEX, pelo estagiário, de relatórios bimensais sobre as atividades desenvolvidas no estágio.
Art. 25 - No que se refere ao estágio curricular obrigatório, compete ao DAA:
a) definir, no Calendário Acadêmico da UFS, o período para a pré-matrícula do estágio;
b) encaminhar, aos colegiados de curso, a relação dos alunos que possuam o pré-requisito para o estágio;
c) proceder à matrícula do aluno no Estágio Curricular Obrigatório, e,
d) registrar, no histórico escolar do aluno, os créditos obtidos no estágio.

INDICAÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO ESTAGIÁRIO

1. Observação e Diagnóstico da situação do Campo de Estágio. (Escola de ensino fundamental).
A - Descrição e Avaliação da Estrutura Física da Escola (salas de aula; direção; secretaria; salas de coordenação e supervisão; estrutura de lazer, quadra de esportes, pátios; biblioteca, laboratório de informática, sala de vídeo, cantina, refeitório, sala dos professores, banheiros, etc.): Número e estado de conservação das instalações. Fotografar as instalações para compor o Relatório de Estágio.
B - Descrição da Estrutura Administrativa da Escola: Organograma. Acontecem reuniões pedagógicas? Acontecem reuniões de Pais e Mestres? O Conselho Escolar funciona?
C - Análise do Cotidiano e Funcionamento da Escola.

"É no âmbito da análise do cotidiano que podemos melhor entender as ações dos sujeitos que movimentam a escola e com isso alcançar a natureza dos processos constitutivos da realidade escolar, tendo em vista a sua transformação. (...) É do cotidiano que emergem as grandes decisões e os instantes dramáticos de decisão e de ação. Por exemplo, é do cotidiano dos sindicatos ou associações de classe que emerge a greve. (...) As atividades superiores dos homens nascem do germe contido na prática cotidiana. (...) No caso da escola, conhecer com precisão a natureza das práticas e processos desenvolvidos no seu cotidiano pode orientar decisões tomadas a nível quer das associações de classe, quer da instituição. (...)

> ... Decisões institucionais de controle burocrático ou de cunho pedagógico (como programas de ensino, orientações metodológicas etc.) só serão efetivadas se mostrarem sua 'verdade' na prática cotidiana de cada escola, com um específico grupo de professores. (PENIN: 1989, 13, 16, 17).

> "A escola, seguindo a tendência da modernidade, não passou ao largo da programação intensiva. Na nossa realidade, ela 'assumiu' um dos valores da modernidade – a técnica – de maneira exemplar. O tecnicismo tornou-se a tendência pedagógica predominante no cenário educacional das duas últimas décadas, mudando substancialmente a organização escolar e a prática pedagógica dos agentes educacionais. A entrada dos especialistas na escola e a ênfase técnica com que seu trabalho foi orientado na escola pública facilitou a fragmentação do processo educativo e prática docente tornou-se burocraticamente organizada em todos os níveis." (PENIN: 1989, 20, 21).

Segundo Sonia Penin, os fatores que contribuem para a homogeneidade do cotidiano são a lei e a ordem (normas educacionais, tornam o cotidiano nas escolas homogêneo), a racionalidade burocrática, o tempo escolar submetido ao relógio repetitivamente, as mídias produzindo atitudes passivas uniformes, os mesmos gestos e atitudes repetidas sempre, dentre outros. Os fatores de fragmentação do cotidiano são: a divisão do trabalho, os espaços especializados, as dicotomias imperantes (público/privado; teoria/prática; planejado/realizado) e a indiferença em relação aos momentos significativos (fortes ou sagrados) da existência. Por sua vez, a hierarquização do cotidiano pode ser observada através da graduação ou hierarquia das funções, a hierarquia dos lugares, a hierarquia dos saberes, etc. (PENIN: 1989, 23, 24).
- Entorno da Escola. Observar em que tipo de bairro a escola está inserida (bairro residencial, comercial, industrial, etc); nível sócio-econômico da população do bairro e da clientela da escola; principais monumentos, praças, instituições e estabelecimentos que se localizam no bairro e suas relações com a escola, associações de bairro, sistema de transporte que atende a região da escola, etc.

D - Histórico da Escola.

E - Relação da escola com a comunidade circundante.

F - Cultura Escolar.

> "Um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentados ao largo do tempo no seio das instituições educativas. Trata-se de modos de pensar e atuar que proporcionam estratégias e pautas para organizar e levar a classe, e a interagir com os companheiros e com outros membros da comunidade educativa, e a integrar-se à vida cotidiana do centro docente. (...)
> ... Um conjunto de 'normas' que define conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de 'práticas' que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas com finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).
> O conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, o qual facilita e ordena, limita e potencia os intercâmbios sociais, as produções e realizações individuais e coletivas dentro de um marco espacial e temporal determinado." (GATTI JÚNIOR: 2005, 78).

G - Recursos pedagógicos disponíveis.

H - Traçar o perfil das turmas com as quais irá trabalhar. (Nível sócio-econômica dos alunos; número de meninos X número de meninas; alunos por faixa etária; repetentes; forma como se dirigem à escola; representação dos alunos da escola e dos professores; grau de educação histórica dos alunos, etc).

I - Relações interpessoais (direção-professores; professores-alunos; professores-comunidade; direção-alunos; direção-comunidade)
J - Projetos especiais desenvolvidos na escola.

2. Avaliação do Projeto Político-pedagógico da escola, o Campo de Estágio.

O QUE É O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. (...)
Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico - o famoso PPP. Se você prestar atenção, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:
- É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.
Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por isso, dizem os especialistas, a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos:
- Missão - Conjunto dos valores nos quais a comunidade escolar acredita e das aspirações que tem em relação à aprendizagem dos alunos. Precisa responder a perguntas como: "Para nós, o que é Educação?" e "Que aluno queremos formar?" Também pode ser chamado de marco referencial.
- Clientela - Breve histórico da comunidade e da fundação da escola e um levantamento detalhado sobre as condições social, econômica e cultural das famílias.

- Dados sobre a aprendizagem - Informações quantitativas sobre matrículas, aprovação, reprovação, evasão, distorção idade/série, transferências e resultados de avaliações.
- Relação com as famílias - A definição da maneira como os pais podem contribuir com os projetos da instituição e participar das tomadas de decisões.
- Recursos – Descrição da estrutura física da escola (prédios, salas, equipamentos, mobiliários e espaços livres), dos recursos humanos (composição da equipe, qualificação e horas de trabalho) e financeiros (Programa Dinheiro Direto na Escola, via Secretaria de Educação etc.) e dos materiais pedagógicos.
- Diretrizes pedagógicas - Formam o currículo da escola e descrevem os conteúdos e os objetivos de ensino, as metas de aprendizagem e a forma de avaliação, por série ou ciclo e por disciplina. Onde buscar informações? Nos dados de aprendizagem da escola, nos referenciais curriculares de Secretarias estaduais e municipais, nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (*PCNs*), nos indicadores de qualidade e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Como fazer? Esta é uma seção do PPP que deve ser conduzida pela coordenação pedagógica e pelos professores da escola, que mantêm contato mais estreito com as necessidades de aprendizagem dos alunos. Assim, o levantamento sobre a situação atual e o cenário desejável pode começar já no início do processo. Depois, cabe ao coordenador responsável pela pesquisa redigir os objetivos e conteúdos de cada área ou disciplina, bem como as expectativas e metas de aprendizagem por série e ciclo, e compartilhar e ajustar o texto com toda equipe. Como apresentar no PPP? Em forma de planilha, contemplando todos os itens (conteúdos, metas etc.) por série ou ciclo e por disciplina.
- Plano de ação - Lista completa com todas as ações e os projetos institucionais da escola para o ano letivo. Com base em tudo o que foi pesquisado e estudado nas etapas anteriores do PPP, estabelece o que será feito (na prática) em benefício dos processos de ensino e de aprendizagem para atingir os objetivos definidos inicialmente.

Onde buscar informações? Em projetos que deram certo em anos anteriores, na própria escola ou em outras unidades com as mesmas necessidades de ensino, em livros de didáticas específicas e junto à equipe técnica da Secretaria de Educação.

Como fazer? Esta parte do PPP deve, em especial, ser debatida com a equipe de gestores e professores. Assim, todos podem opinar sobre os projetos necessários ao processo de ensino e aprendizagem, conhecer o conjunto do trabalho que entrará em vigor na escola e oferecer ajuda

e contribuição naquilo que for possível. Ao final dos debates, fica com os gestores a tarefa de redigir o texto que constará no projeto político pedagógico.
Como apresentar no PPP? Os tópicos necessários em cada um dos projetos descritos são: objetivos, duração, profissionais responsáveis, parceiros, encaminhamentos, etapas e avaliação.

Por ter tantas informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que você e todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. Portanto, se o projeto de sua escola está engavetado, desatualizado ou inacabado, é hora de mobilizar esforços para resgatá-lo e repensá-lo. "O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos", diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo. (...)

(Fonte: NOVA ESCOLA: 2011)

3. Avaliação do Planejamento Anual do Professor Supervisor Técnico.
4. Observação da Prática Pedagógica do Professor Supervisor Técnico.
5. Planejamento do Estágio. (Plano de Estágio Curricular Obrigatório)
6. Regência em Sala de Aula. (Um mínimo de 20 horas)
7. Relatório de Estágio Supervisionado.

ORIENTAÇÕES SOBRE O PLANO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

1. Principal elemento do Plano de Estágio: O Plano de Aula

“O QUE É E PARA QUE SERVE O PLANO DE AULA? É uma previsão de atividades vinculadas a um plano de ensino mais amplo desenvolvidas em etapas seqüenciais, em consonância com objetivos e conteúdos previstos. Serve para organizar a intenção do professor e o modo de operacionalizá-la. Expressa, ainda, as opções desse professor diante de seu contexto de trabalho, que implica pensar simultaneamente o conteúdo e os sujeitos com os quais interage.

Todo plano de aula, além de ser um guia, traz implícitas questões pessoais do professor comprometido com sua tarefa e com seus alunos: por que faço o que faço ao ensinar? o que é uma aula: espaço de parceria ou

de resistência? como mobilizar o aluno para aprender? como verificar se o aluno aprendeu? O plano possibilita ao professor, na medida do possível e do desejável, manter a articulação da disciplina como um todo pela relação com o plano de ensino e ainda realizar uma auto-avaliação da aula ou uma avaliação cooperativa para orientar decisões futuras. Aspectos a serem mantidos ou a reformular poderão ser identificados com mais segurança.

Cabe destacar que o plano de aula não implica obrigatoriamente seu cumprimento rígido. O cenário da aula exige permanente atitude reflexiva do professor para recriar e redirecionar ações sempre que novos interesses e necessidades imprevistas surgirem, o que não significa despreparo docente, mas competência para 'agir na urgência e decidir na incerteza', como ensina Perrenoud. Entretanto, um afastamento contínuo do plano necessita ser revisado.

O plano, como resultado do processo de planejamento, permite ao professor distanciar-se de sua prática, sistematizá-la e tornar mais conscientes as opções para a organização da aula. O plano documenta a experiência em suas intenções iniciais e permite o retorno a ela após o vivido para sua avaliação.

Um plano, para ser efetivo, deve apresentar, de forma precisa e orgânica, o objetivo da aula, o conteúdo a ser desenvolvido, as atividades e a avaliação. É preciso entender que avaliar não é sinônimo de prova nem de grau. É diagnosticar se a aprendizagem ocorreu ou não e explicitar ações para continuidade ou reorientação do processo de ensino.

Mais do que saber elaborar um plano, é necessário acreditar que ele é o instrumento pessoal e intransferível de trabalho do professor, e expressa as concepções teóricas que sustentam suas atividades docentes. Importante não é estabelecer um roteiro / modelo padrão de plano, mas o registro dos aspectos que orientam o professor para estruturar a prática. O estabelecimento de modelos pode burocratizar o planejamento e restringir as possibilidades de auto-organização do professor na elaboração do plano.

Além de elaborar o plano, o professor deve levar em consideração a relação entre suas intenções e o modo como os alunos as percebem, pois às vezes são necessários pequenos ajustes em qualquer dos elementos do plano para uma boa condução da aula." (PORTAL DO PROFESSOR: 2011)

2. Exemplo de Plano de Aula

O Renascimento cultural e científico na Europa
Conteúdo
Cidadania e Cultura no Mundo Contemporâneo
Objetivo
Compreender o Renascimento cultural e científico europeu como critica ao mundo medieval.

Conteúdos
Renascimento cultural e científico na Itália e no restante da Europa
Conquistas marítimas e comerciais européias dos séculos XV e XVI como conseqüências do Renascimento.

Ano
7º ano
Tempo estimado
Sete aulas

Material necessário
Computador ligado à internet
Reproduções de pinturas de artistas da época do Renascimento
Mapa mundi
Desenvolvimento

A garotada deve compreender o Renascimento cultural e científico como um momento único na História, no qual a humanidade olhou para seu passado histórico e, a partir de certas condições políticas, econômicas e sociais, criou um mundo com novos valores.

1ª etapa
Comece a aula perguntando à turma se eles conhecem alguns artistas ou cientistas da época do Renascimento europeu. Certamente os estudantes responderão Leonardo da Vinci, Rafael, Michelangelo, Galileu Galilei, entre outros.

Organize os principais nomes que aparecerem no quadro, dividindo-os nas seguintes colunas: artistas, cientistas e filósofos, dentro e fora da Itália. Para isso é necessário que você pesquise com antecedência nomes ligados ao Renascimento europeu e suas principais contribuições no campo das artes, do pensamento e das ciências no período.
2ª etapa
Sugira aos alunos uma pesquisa na *internet* sobre aquele que é considerado o principal nome do Renascimento: Leonardo da Vinci (1452 – 1519). Eles vão descobrir que o artista italiano era também um grande cientista, inventor e escultor. Da Vinci conhecia como poucos a anatomia humana, entendia de engenharia, matemática, música e arquitetura, mas ficou conhecido mesmo por sua produção artística – em especial o quadro Monalisa. Sugira que os alunos pesquisem em sites como, por exemplo, *Wikipedia*, sua pesquisa.com ou em enciclopédias digitais.

Além da pesquisa biográfica, sugira à turma uma pesquisa de imagens para que eles entrem em contato com as principais obras realizadas pelo principal nome do Renascimento cultural.

3ª etapa
Quando falamos do Renascimento geralmente nos referimos somente às artes e acabamos deixando em segundo plano a produção científica da época. Proponha então que os alunos façam uma pesquisa sobre os principais avanços alcançados pela ciência durante o Renascimento. Divida a classe em grupos e proponha que pesquisem cientistas como Galileu Galilei, Nicolau Copérnico, Johannes Kepler, Paracelso, entre outros. Os grupos deverão explicar para a classe quais foram os principais avanços obtidos pelo cientista que contribuíram para desenvolver a ciência na sua época.

4ª etapa
Na quarta etapa, vamos nos ater ao Renascimento Literário. Explique à turma que, em Portugal, o principal nome do Renascimento cultural foi Luís de Camões; na Espanha, Miguel de Cervantes; na França, François Rabelais; na Inglaterra, Willian Shakespeare, entre outros. Divida novamente os alunos em grupos e proponha que realizem uma pequena pesquisa sobre as principais obras de cada autor. Em seguida, solicite que cada grupo organize uma pequena apresentação baseada num trecho de uma das obras e apresente para o restante da sala. Incentive também que os alunos avaliem a importância e a influência das obras desses autores na atualidade. Analise que muitas das obras citadas já foram adaptadas para o teatro e o cinema.

5ª etapa
Na última etapa, é hora de estabelecer um paralelo entre o Renascimento e outro fato histórico da época: a expansão marítima e comercial européia dos séculos XV e XVI. Pergunte aos alunos de que forma o novo mundo concebido pelos renascentistas ajudou os povos europeus a realizarem as descobertas do Novo Mundo. Eles certamente atribuirão algum valor ao antropocentrismo, à busca pela explicação racional do mundo e às novas ciências e descobertas como algo muito importante.

Solicite a eles que pesquisem quais foram essas descobertas. Se eles não se lembrarem ou não souberem, explique que o antropocentrismo é a visão de mundo que considera a humanidade como centro do entendimento humano. Segundo essa concepção, o universo deve ser

avaliado de acordo com a sua relação com o homem. Explique também que até a Idade Média predominava o teocentrismo, concepção pela qual Deus ocupava o principal lugar na explicação do universo.

Avaliação

Essa sequência prevê várias etapas de avaliação. A primeira fase pode ser avaliada a partir da participação do grupo na montagem do quadro de nomes do Renascimento. Verifique se os dados da biografia dos diversos nomes estão corretos, se as obras estão adequadamente atribuídas. A segunda etapa pode ser verificada a partir da pesquisa realizada pelos alunos. Verifique se o estudo foi realizado adequadamente. Se eles procuraram nos sites indicados por você, se a pesquisa de imagens tem relação com os nomes pesquisados.

A terceira etapa pode ser avaliada a partir das explanações realizadas pelos diversos grupos a respeito do desenvolvimento científico da época do Renascimento. Verifique se as explicações foram dadas com conteúdo e consistência Na quarta, o que vale é a criatividade e a adequação da apresentação à obra do autor escolhido.

A última etapa deve ser observada com foco nas respostas dos grupos ao questionamento do professor, que devem levar em conta a relação entre o Renascimento e a expansão marítima e comercial dos tempos modernos.

Consultoria Ricardo Barros

Mestre em Educação, Bacharel e Licenciado em História e Pedagogia pela Universidade de São Paulo e Professor de História do Colégio Paulista.

Características de um Bom Plano de Aula de História

01	Define escola, disciplina, professor, série, unidade, nº de horas/aula.
02	Consulta os *PCNs* de História para se orientar na proposição da temática.
03	Estabelece objetivos formativos.
04	Constrói objetivos visando o historiar (uso e análise de documentos históricos)
05	Elabora objetivo para perceber a compreensão do aluno das diversas perspectivas históricas.
06	Considera como conteúdos não somente fatos e conceitos, mas, também, procedimentos, atitudes, valores e normas.
07	Planeja uma situação motivadora inicial, ligada ao cotidiano vivido pelo aluno
08	Fez relação do conteúdo estudado com o presente.

09	Prevê como situar os fatos estudados no tempo e no espaço (Contextualização).
10	Adota uma lógica problematizante do conhecimento histórico.
11	Adota uma perspectiva interdisciplinar.
12	Planeja uma forma de investigar os conhecimentos prévios dos alunos.
13	Estabelece a utilização de elementos de uma estrutura histórica utilizável.
14	Planejou a utilização de fontes históricas diferentes, permitindo o cruzamento das mesmas.
15	Prevê o predomínio da ação do estudante.
16	Leva em consideração as diversas formas de cultura histórica.
17	Prevê a integração das estratégias de ensino por exposição com a por descobrimento.
18	Leva em consideração o grau de desenvolvimento cognitivo do aluno. (Fases do conhecimento histórico)
19	Contribui para potencializar no aluno um sentido de identidade.
20	Planeja um momento para os alunos sistematizarem e exporem os conhecimentos adquiridos na forma de narrativa.
21	Prevê uma forma de avaliação da aprendizagem.
22	A avaliação prevista toma como referência os objetivos propostos.
23	Define os recursos a serem utilizados.
24	Prevê a utilização de uma técnica instrucional diferenciada. (NTICs)
25	Discrimina a Referência Bibliográfica utilizada.

Prof. Dr. Marcos Silva.

IX - PROGRAMA DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE ESTÁGIO I

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
SUPERVISÃO	**30 H.**
OBSERVAÇÃO (Análise da estrutura e funcionamento da escola)	**40 H.**
PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES EXTRA-CLASSE (Observação do Patrimônio Cultural da Comunidade, História Oral, entrevistas, etc.)	**15 H.**
- ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA. **- ANÁLISE DO PLANEJAMENTO ANUAL DO PROFESSOR**	**20 H.**
OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA DIDÁTICA DO PROFESSOR	**20 H.**
PLANEJAMENTO **(**Preparação de material didático)	**20 H.**
REGÊNCIA CONJUNTAMENTE COM O PROFESSOR (SUPERVISOR TÉCNICO).	**20 H.**
RELATÓRIO	**30 H.**
TOTAL DE HORAS	**195 H.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE ESTÁGIO II

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
SUPERVISÃO	**30 H.**
OBSERVAÇÃO (Análise da estrutura e funcionamento da escola)	**40 H.**
PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES EXTRA-CLASSE (Observação do Patrimônio Cultural da Comunidade, História Oral, entrevistas, etc.)	**15 H.**
- ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA. **- ANÁLISE DO PLANEJAMENTO ANUAL DO PROFESSOR**	**20 H.**
OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA DIDÁTICA DO PROFESSOR	**20 H.**
PLANEJAMENTO **(**Preparação de material didático)	**20 H.**
REGÊNCIA CONJUNTAMENTE COM O PROFESSOR (SUPERVISOR TÉCNICO).	**20 H.**
RELATÓRIO	**45 H.**
TOTAL DE HORAS	**210 H.**

MODELO DE PLANO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O Plano de Estágio Curricular Obrigatório consiste no detalhamento de como será realizado o estágio naquele campo específico, demonstrando os objetivos, a metodologia, o cronograma a ser desenvolvido, especificando claramente quais são as fases que estão sendo desenvolvidas.

1. DADOS DO ESTAGIÁRIO
1.1 - Nome:
1.2 - Telefone:
1.3 - E-mail:
2. DADOS DA ESCOLA
2.1 - Nome da Escola:
2.2 - Endereço:
2.3 - Telefone:
2.4 - Breve resumo da escola, histórico, objetivos, estrutura.
2.5 - Descrição da situação encontrada: contextualização e problemática do campo de estágio escolhido.
2.6 - Série e turma em que será desenvolvido o estágio. (Perfil inicial)
3. DADOS DO SUPERVISOR TÉCNICO
3.1 - Nome:
3.2 - Telefone:
3.3 - E-mail:
4 - PLANO DE TRABALHO
4.1 - Planos das Aulas que serão ministradas. (Tema, Objetivos, Conteúdos, Estratégia, Recursos, Avaliação e Bibliografia)
4.2 - Outras Intervenções Pedagógicas (Atividades Extra-Classe, Projetos, etc.)
5 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
Embasamento e marco teórico, devendo ser texto próprio do estagiário e contendo referências teóricas, conceitos, fundamentação temática, citações e modelo teórico em que se fundamenta o trabalho.
6 - CRONOGRAMA
6.1 - Distribuição das etapas de trabalho em semanas e meses de acordo com os prazos estabelecidos pelo acordo com o supervisor técnico para a realização do estágio no respectivo semestre.
6.2 - Dias e horários de estágio

7 - Relacionar a BIBLIOGRAFIA CONSULTADA (livros, revistas, periódicos, anais, etc para elaboração do Plano de Estágio).

OBS.: O plano de Estágio deve ser feito de acordo com as Normas da ABNT sendo necessário pelo menos, 03 (três) vias: A do estagiário; a do supervisor técnico e a do supervisor pedagógico.

MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR COLABORADOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
AVALIAÇÃO FINAL DO ESTÁGIO

ESTAGIÁRIO:

ESCOLA:

SUPERVISOR PEDAGÓGICO:

SUPERVISOR TÉCNICO:

BLOCO I - FATORES DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

CONCEITOS: M - Mau / I - Insuficiente / R - Regular / B - Bom / E - Excelente

Fator	M	I	R	B	E
APRESENTAÇÃO PESSOAL – Asseamento, compostura, adequação do vestuário.	☐	☐	☐	☐	☐
PONTUALIDADE - Refere-se ao cumprimento do horário estabelecido pela escola.	☐	☐	☐	☐	☐
ASSIDUIDADE - Refere-se ao comparecimento do estagiário em todos os dias referentes às atividades estabelecidas pela escola.	☐	☐	☐	☐	☐
ASPECTOS DIDÁTICOS E METODOLÓGICOS - Sensibilização dos alunos; problematização; tipos das aulas (expositiva, dialogada, etc.), estratégias adotadas, dinâmicas, avaliação do aprendizado.	☐	☐	☐	☐	☐
CONHECIMENTO - Nível de conhecimentos históricos relativos às atividades do estágio.	☐	☐	☐	☐	☐

Critério	M	I	R	B	E
ÉTICA DOCENTE – Relacionamento com colegas de trabalho, respeito ao discente, cumprimento do horário de suas aulas, limpeza do Quadro, respeito às instituições relacionadas ao estágio, etc.	☐	☐	☐	☐	☐
RELACIONAMENTO - Capacidade de executar tarefas em conjunto com outras pessoas. Facilidade de integração com colegas. Habilidade nos contatos dentro e fora da escola.	☐	☐	☐	☐	☐
RECURSOS DIDÁTICOS – Utiliza material próprio adequado e eficiente. Gráficos, mapas, filmes, etc.	☐	☐	☐	☐	☐
DISCIPLINA/RESPONSABILIDADE - Observância das normas e regulamentos da escola. Zelo pelo andamento dos trabalhos envolvidos em suas tarefas. Cumprimento de prazos e metas.	☐	☐	☐	☐	☐
DOMÍNIO DE SALA DE AULA – Consegue manter o controle da turma, preservando o mínimo de silêncio e atenção necessários ao bom andamento das aulas. Mantém a autoridade	☐	☐	☐	☐	☐
OBJETIVOS FORMATIVOS – Trabalha valores, faz ligação do conteúdo com o tempo presente, desperta para o sentido de identidade (raízes culturais), ensina o respeita por outras culturas e países.	☐	☐	☐	☐	☐
OBJETIVOS DIDÁTICOS – Contextualiza o assunto no tempo e no espaço, mostra as diferentes perspectivas sobre os fatos históricos, dar ocasião para que os estudantes exponham aspectos do passado utilizando recursos adequados.	☐	☐	☐	☐	☐
UTILIZAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS - Seleciona fontes adequadas para análise dos alunos, utiliza iconografia como fonte histórica, propõe a comparação de fontes históricas. Introduz ao método histórico.	☐	☐	☐	☐	☐
CONTEÚDO CURRICULAR – Faz referência aos Temas Transversais e se orienta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História ou, no mínimo, aborda os conteúdos de forma interdisciplinar. Faz referência à história local.	☐	☐	☐	☐	☐
ESTRUTURA HISTÓRICA UTILIZÁVEL – Faz uso de conceitos históricos, utiliza corretamente a cronologia, ressaltando as possibilidades de periodização, destaca as noções de anterioridade, simultaneidade e posteridade. Transmite uma noção de mudança histórica e causalidade.	☐	☐	☐	☐	☐

AVALIAÇÃO – Utiliza diferentes formas de avaliação. A avaliação é contínua e formativa, sem caráter punitivo e visa aferir diferentes aspectos do crescimento do estudante, não só o cognitivo.

M	I	R	B	E

OBSERVAÇÕES

____

____

____

BLOCO I I - FREQÜÊNCIA

Nº DE FALTAS: ____________ **JUSTIFICATIVA:** _____________________________

____

____

Nº DE HORAS EFETIVAMENTE CUMPRIDAS NO PERÍODO: ____________________

____________________,______de__________________________de___________

(Cidade)

SUPERVISOR TÉCNICO: ____

(assinatura)

SUPERVISOR PEDAGÓGICO: ____

(assinatura)

ROTEIRO PARA O RELATÓRIO CONCLUSIVO DE ESTÁGIO

O relatório de estágio deverá conter os seguintes itens:

I – Capa;
II – Folha de rosto;
III – Sumário;
IV – Introdução;
Incluir na Introdução:
A. Dados
- Da Escola
- Do Aluno Estagiário
- Do Professor, Supervisor Técnico.

B. Objetivos
– Objetivo geral e objetivos específicos do estágio;
Para construir os objetivos do Seu Estágio Leia o Texto:
PRATS, JOAQUÍN. **Ensinar História no Contexto das Ciências Sociais: Princípios básicos.** Educar, Curitiba, Especial, p. 191-218, 2006. Editora UFPR. Disponível em: http://www.ub.edu/histodidactica/articulos/llibre-portugues.pdf Acesso em: 19 Mai. 2009.

C. Caracterização da Escola (Aqui você utiliza as anotações feitas durante a observação de seu campo de estágio, conforme orientação acima)
- Na Introdução você deve caracterizar o Ambiente Externo: Caracterização do município/bairro; história do município/bairro; possibilidades para a educação histórica do ambiente externo, História da Escola, Localização, Estado de Conservação, Acesso, Salas de aula, Dependências de apoio pedagógico, Estrutura esportiva e de lazer, Recursos de apoio pedagógico (Laboratórios, Biblioteca, Sala de vídeo, etc.), Iluminação, circulação e ventilação, Mobiliário, Sanitários, Recursos para alunos especiais, Estrutura administrativa e pedagógica.

D. Cotidiano da Escola
Para analisar o cotidiano de seu campo de estágio Leia o Livro:
PENIN, Sonia. **Cotidiano e Escola: a obra em construção.** São Paulo: Cortez, 1989.

V - Relatório de Observação;

a) Em Sala de aula: Dados referentes à gestão escolar: atribuições e competências do diretor e demais gestores, normas administrativas, estrutura e funcionamento da administração escolar. Reuniões pedagógicas, da Associação de Pais e Mestres, de Orientação Educacional, de Coordenação Pedagógica, de Conselhos de Escola, Classe ou série, de horas de Trabalho Pedagógico Coletivo, perfil da turma, professor responsável, número de alunos atendidos, conteúdos observados, recurso e estratégias empregadas, tempo de trabalho observado, principais dificuldades observadas – para o professor e para os alunos.

b) Observação da Prática Docente
Para se guiar na Observação da Prática Docente e construir o texto sobre a mesma tenha em mente o MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR COLABORADOR

VI - Regência
- Relatório de Regência: Em sala de aula: ambiente físico, perfil da turma, professor responsável, número de alunos atendidos, conteúdos trabalhados,

recursos estratégias empregadas, tempo de trabalho desenvolvido, principais dificuldades encontradas – para o professor e para os alunos. O estagiário deverá apresentar planos de aulas e relatórios das mesmas. A descrição de suas ações deverá ser acompanhada de um referencial teórico adequado.
- Relato da experiência
- Planejamento das aulas
- Controle da turma
- Estratégias e recursos utilizados
- Atividades de avaliação
- Relacionamento com a turma
- Livros didáticos utilizados

VII – Avaliação do estágio e auto-avaliação;
- Auto-crítica

VIII – Conclusão;

IX - Referências Bibliográficas utilizadas no projeto

X - Anexos
- Planos de aula
- Materiais utilizados
- Atividade aplicadas
- Fotos: turma e instalações.

Obs.: Seguem-se as normas da ABNT.

REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : história** /Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília : MEC /SEF, 1998.
CABRINI, Conceição. [et al.] **O Ensino de História: Revisão urgente.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
FUSARI , José Cerchi **O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_ p044 -053_c.pdf. Acesso em: 07 Mai. 2006.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: Conceitos, categorias e Materiais Históricos. In: **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** / Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho (orgs.) – Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. (Coleção Memória da Educação).

MACHADO, Maria Beatriz. **A Prática do Profissional de História: Limites e Possibilidades.** ÁGORA, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2. p. 69-76, out. 1996.

PENIN, Sonia. **Cotidiano e Escola: a obra em construção.** São Paulo: Cortez, 1989.

PORTAL DO PROFESSOR. Disponível: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=130 Acesso: 13 Abr. 2011.

REVISTA NOVA ESCOLA. Disponível: http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/renascimento-cultural-cientifico-europa-524421.shtml Acesso: 13 Abr. 2011.

______. Disponível: http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml?page=0 Acesso 13 Abr. 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: Alternativas em perspectiva.** Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 13, nº 25/26, pp. 223-232. Set. 92/ago. 1993.